

TEM ALDEIA NA POLÍTICA

Povos Indígenas e eleições 2026



REALIZAÇÃO



COLETIVO
MILITÂNCIA
JURÍDICA

APOIO



Voto indígena é voto por justiça,
pela garantia do território e o
futuro dos povos originários



TEM ALDEIA NA POLÍTICA

Povos Indígenas e eleições 2026



Voto indígena é voto por justiça,
pela garantia do território e o
futuro dos povos originários

TEM ALDEIA NA POLÍTICA

Povos Indígenas e eleições 2026



**Voto indígena é voto por justiça,
pela garantia do território e o
futuro dos povos originários**

Publicação elaborada coletivamente pelas entidades que compõe o Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (Foreeia) e a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI).

FOTOS: Acervo Cimi / Adi Spézia, Guilherme Cavalli, Hellen Loures, Tiago Miotto e Verônica Holanda.

DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho

Quadrinhos: OpenAI 2025

IMPRESSÃO: Qualytá Gráfica e Editora

REALIZAÇÃO



COLETIVO MILITÂNCIA JURÍDICA

APOIO



Esse documento, que fala de política, da política indígena para as eleições de 2026, é dedicado a todas as lutadoras e todos os lutadores indígenas que tombaram vítimas da ganância e do preconceito.

Também é dedicado àqueles e àquelas que continuam com compromisso, firmeza e determinação defendendo a vida e os direitos de seus povos, frente à estupidez suicida dos poderosos que ameaçam a vida no planeta.



Povos indígenas e eleições 2026



Foto: Adi Spézia

Tem Aldeia na Política é um documento produzido pelo Fórum de Educação e Saúde Indígena do Amazonas (FOREEIA) e pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI) com o objetivo de apresentar informações e análises para que nós, Povos Indígenas, possamos participar do processo das eleições de 2026 de forma mais consciente e crítica. Esta edição é uma versão atualizada do texto publicado para as eleições de 2022.

É nosso compromisso suscitar, por meio desta publicação, o debate nas comunidades e nas organizações indígenas e a reflexão sobre a importância das eleições, do voto de cada eleitor/eleitora e como os resultados eleitorais afetam os direitos indígenas. Neste documento, tendo como referência os ideais e os objetivos da política indígena, é apresentado um quadro de quem são os possíveis aliados à causa indígena e daqueles que sistematicamente atuam contra os direitos dos Povos Indígenas. Também analisa as possibilidades das candidaturas indígenas.

Queremos aprender com a experiência das eleições passadas e fazer do ano de 2026 um momento importante de formação. Queremos criar e aumentar nossa representação direta nos espaços de poder, impulsionar nossa força política e a capacidade de luta do movimento indígena local, regional e nacional, possibilitando a constituição de ambiente mais favorável ao cumprimento, pelos poderes instituídos, dos nossos direitos e para florescer o bem viver de todos e todas.

Povos indígenas e eleições 2026.....	7	Posição dos partidos políticos sobre o “PL da Devastação” (PL 2.159/2021)	32
Política o que é	11	Mineração em terras indígenas, uma tragédia a ser evitada	38
A política indígena.....	15	A violência do bolsonarismo e o risco à democracia	44
Quais são os princípios e os ideais que movem a política indígena?	18	Votar de forma cuidadosa	49
Quais são os principais objetivos comuns da política indígena hoje?.....	18	Por que nós Povos Indígenas participamos da política eleitoral?	53
Partidos políticos: Quem é quem? Que interesses defendem?	21	Como fazer a escolha/indicação dos/as candidatos/as indígenas?.....	54
Posição dos partidos políticos sobre temas de interesse indígena no Congresso Nacional	28	Algumas informações sobre o processo eleitoral de 2026	58
Posição dos partidos políticos na aprovação da Lei 14.701/2023 (marco temporal)	29	Como utilizar este documento	61
		ANEXO	
		Lei 14.701 - Como votou cada deputado e cada senador	63



Política o que é

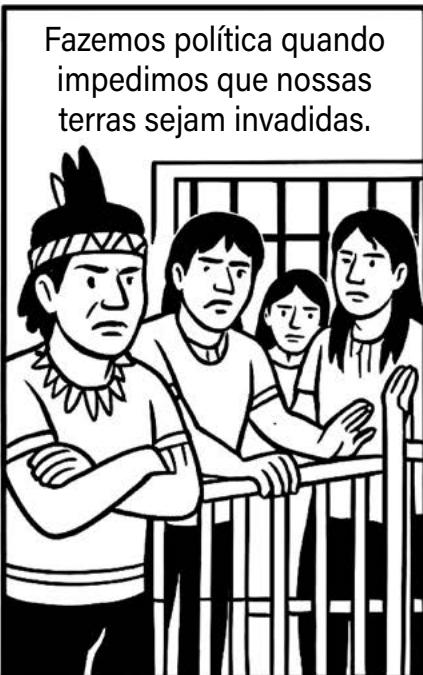


Foto: Adi Spézia

A política não é o céu,
mas, sem ela,
vivemos todos num inferno.

Fazemos política em casa, na aldeia, quando nos organizamos para reivindicar nossos direitos, quando escolhemos os políticos que vão nos representar no governo e no parlamento e quando cobramos deles a apresentação de suas propostas e o cumprimento das promessas que fizeram para se eleger. Política também é o ato de governar, de administrar e cuidar das instituições públicas e de resolver conflitos.

Pode-se dizer que a política é a luta constante pelo bem comum, pela justiça, pelas boas leis e pelo bom governo.



A política é orientada por ideais. Um grupo ou setor da sociedade se organiza e busca se fortalecer para que suas decisões alcancem seus objetivos. Nós, Povos Indígenas, também somos atores políticos porque estamos organizados e o nosso sistema de governança é sustentado por ideais que estão presentes em nossas comunidades, povos e organizações e temos objetivos pelos quais lutamos no contexto do Estado brasileiro.

A tomada de consciência política se concretiza quando o eleitor torna o seu voto sagrado, intransferível (não troca por favores, ou vende por qualquer valor), capaz de votar pelo bem coletivo, não permitindo que políticos manipulem sua vontade usando seu voto para manter os privilégios da classe dominante, à custa do povo. Esse processo de formação da consciência leva a pessoa a ter um posicionamento ético. Quer dizer que, quando a gente vai aprendendo e entendendo as coisas, o nosso coração e nossa cabeça começam a mostrar o caminho certo de agir, que é bom para todos. A educação política faz com que o cidadão participe da transformação da sociedade, apoiando políticos que defendam os interesses coletivos, que elaborem projetos voltados à melhor condição de vida das pessoas, fiscalizem as leis para todos, utilizem o dinheiro público para o bem-estar social e defendam os direitos coletivos do/a cidadão/ã.



A política indígena

Uma pergunta importante que precisamos responder é: quais são os ideais que orientam a política indígena, aquela que é feita pelas nossas comunidades, povos e organizações, enfim, os ideais que movem o movimento indígena no Brasil?

Historicamente, sabemos que nossos povos se organizaram inspirados no chamado “bem viver”, profundamente interligados com a terra, com a natureza, pelo uso coletivo do que ela nos oferece, tomando as decisões de forma coletiva, por meio do consenso. Cada povo sempre teve o poder de fazer suas leis, seu jeito de administrar os conflitos, seu próprio sistema de governança, sua

espiritualidade, seu território e decidia livremente como devia ser a relação com os povos vizinhos e com a natureza.

Com a chegada dos conquistadores brancos e da imposição do Estado, nossos povos foram obrigados, mediante o uso de extrema violência, a se submeterem a outra forma de organização, a outro governo. Passamos então a lutar, no marco do Estado, por nossa autonomia, para termos reconhecidas as nossas próprias organizações sociais, usos, costumes e tradições, o direito a nossos territórios tradicionais e de participar das decisões administrativas e legislativas que nos dizem respeito. Conseguimos que isso fosse firmado na lei maior do Estado Brasileiro, a Constituição Federal, e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em outras palavras, conseguimos que a “lei dos brancos” assegurasse nosso jeito de ser e viver. Esse direito, no entanto, está longe de ser respeitado na prática.

Apesar da imposição do Estado, nossos povos continuam com um jeito próprio de fazer política. As aldeias têm as suas organizações próprias, suas lideranças, suas normas internas, sua forma de tomar decisões e de resolver os conflitos. É muito importante que as comunidades mantenham sua autonomia nas tomadas de decisões, se precavendo das tentativas de divisão feitas por pessoas e empresas que têm interesse em explorar as riquezas dentro das terras indígenas, partidos políticos, prefeituras, governos e igrejas.

Para fazer política para além das aldeias, fortalecemos novos espaços de articulação (fóruns, organizações indígenas), reunindo-nos em encontros e assembleias para decidir quais são as estratégias comuns de luta e mobilização para assegurar nossos direitos.



Quais são os princípios e os ideais que movem a política indígena?

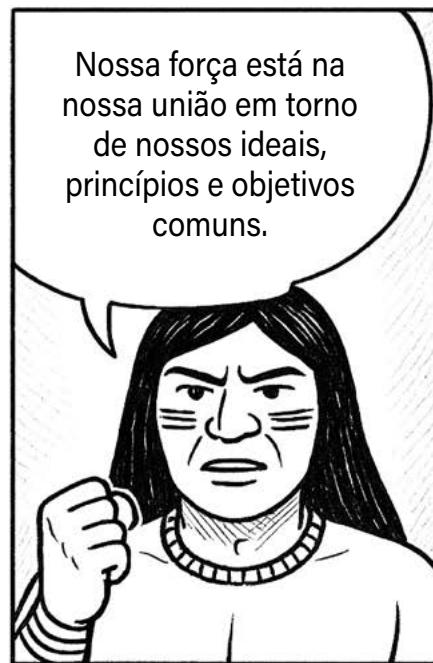
Os ideais da política indígena se inspiram em nossos antepassados, nos princípios da reciprocidade entre as pessoas, da coletividade, da convivência com outros seres da natureza e do profundo respeito pela terra. Esses ideais de harmonia com a Mãe Terra e de respeito à diversidade levam ao combate das injustiças, dos privilégios, do preconceito e de todos os mecanismos que geram a desigualdade.

São estes ideais que apontam o rumo do projeto do Bem Viver que todos/as estão convocados/as a construir, para enfrentar os desafios do mundo atual e assegurar o futuro do planeta.

Quais são os principais objetivos comuns da política indígena hoje?

- 1 A demarcação e garantia das terras indígenas.
- 2 A manutenção dos direitos indígenas assegurados na Constituição brasileira e nas Convenções e Tratados internacionais.
- 3 A autonomia na afirmação e construção dos projetos de vida de nossos povos.
- 4 O respeito ao direito do consentimento livre, prévio e informado em relação a todos os atos administrativos e legislativos que nos dizem respeito.
- 5 A construção de políticas públicas sob nossa orientação e em diálogo com os nossos conhecimentos, dentro e fora das terras indígenas, para responder adequadamente às demandas que vêm das nossas comunidades, fortalecendo nossos projetos educacionais, nossas medicinas, nossas economias e culturas.





Partidos políticos: Quem é quem? Que interesses defendem?

Os partidos políticos são organizações que têm como objetivo conquistar o poder do Estado nos níveis municipal, estadual e federal. Buscam alcançar este objetivo por meio dos votos nas eleições. É através do voto que o eleitor e a eleitora entregam à determinado partido político e a seus candidatos o poder de representá-lo. O voto é parecido com uma procuração quando a pessoa passa poderes ao partido e aos candidatos/as em quem vota para que defenda seus direitos e interesses, seja no governo ou no parlamento.

Os partidos representam sempre os interesses de um setor ou classe da sociedade. No entanto, para conseguir os votos da população, nem sempre são claros sobre os interesses de quem defendem. Daí vem o porquê que, no discurso, são todos muito parecidos. As representações partidárias se tornam ainda mais confusas em nível municipal, por conta da influência direta de interesses políticos e econômicos pouco preocupados com as necessidades do povo.

Além disso, os partidos políticos, normalmente, tratam a questão indígena como algo secundário, sem a devida importância ou, ainda, numa perspectiva utilitária e meramente econômica. Para facilitar a compreensão de como os partidos se posicionam em relação à questão indígena vamos separá-los em dois grandes blocos:

1. Partidos de direita e centro direita e
2. Partidos de esquerda e centro esquerda.

Os chamados partidos de direita e centro direita, ou conservadores, em geral, consideram a desigualdade social uma coisa normal e até desejável. Defendem que o Estado intervenha sempre menos na economia, nos negócios. Isso tem aumentado



Foto: Hellen Loures

a desigualdade social com uma absurda concentração da riqueza nas mãos de poucos, que ganham muito mais do que precisam e, por isso, a maioria da população não tem condições para viver com dignidade. Querem que a elite econômica que concentra a riqueza, tenha menos limites para exploração da mão de obra dos trabalhadores e das riquezas naturais. Na prática isso significa menos direitos para a maioria da população e menos proteção para o meio ambiente. Acham que o Estado deve ser menor e gaste menos, o que tem como consequência menos dinheiro para as políticas sociais. Dão mais destaque aos direitos individuais do que aos direitos coletivos.

Partidos de direita ou centro direita

SIGLA	NOME	Nº DA LEGENDA
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	15
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45
AGIR	Agir	36
MOBILIZA	Mobilização Nacional	33
CIDADANIA	Cidadania	23
AVANTE	Avante	70
PP	Progressistas	11
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28
DC	Democracia Cristã	27
PODE	Podemos	20
Republicanos	Republicanos	10
PL	Partido Liberal	22
PSD	Partido Social Democrático	55
SOLIDARIEDADE	Solidariedade	77
NOVO	Partido Novo	30
PMB	Partido da Mulher Brasileira	35
UNIÃO	União Brasil	44
PRD	Partido Renovação Democrática	25

Nos partidos de direita e de centro direita se encontram os maiores inimigos dos Povos Indígenas, como os que compõem a bancada ruralista no Congresso Nacional, conhecida por sua atuação a favor do roubo das terras indígenas para beneficiar grileiros e fazendeiros e contra sua demarcação, para expandir o agronegócio. Neles estão os políticos que articulam, de forma sistemática, a luta contra os direitos constitucionais dos Povos Indígenas. São a favor do marco temporal, tese que nega o direito originário dos indígenas à terra e a favor da exploração econômica indiscriminada das terras indígenas por terceiros.

Esses partidos, impulsionados pelo bolsonarismo (movimento de extrema direita), receberam a maior quantidade de votos nas eleições passadas e dominam o Congresso Nacional e a maioria das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, bem como elegeram o maior número de governadores e prefeitos.

Votar em candidatos/as desses partidos significa dar mais força àqueles que se opõem e atacam sistematicamente os direitos indígenas. Não faz sentido.

Os partidos conhecidos como de esquerda e de centro esquerda, ou progressistas, em geral, se preocupam com a coletividade. Consideram que o Estado tem um papel importante na promoção social, com políticas públicas para reduzir as desigualdades e para que todos/as possam ter uma vida digna. Se empenham mais na luta pelas causas sociais, pelos direitos humanos, pelos direitos coletivos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, das minorias, dos Povos Indígenas e das comunidades tradicionais. Buscam um mundo mais justo, igualitário e plural. Por isso, nos partidos de esquerda é possível perceber uma sensibilidade maior com a questão indígena, mesmo que, também nesses partidos, o tema ainda não ocupe o espaço que merece.

Partidos de esquerda e centro esquerda

SIGLA	NOME	Nº DA LEGENDA
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12
PT	Partido dos Trabalhadores	13
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	65
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40
PV	Partido Verde	43
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21
PCO	Partido da Causa Operária	29
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50
REDE	Rede Sustentabilidade	18
UP	Unidade Popular	80

Nos partidos de esquerda, ao contrário dos partidos de direita que sustentam as políticas anti-indígenas dos governos, existe um conjunto de políticos no Congresso Nacional, que se articulam e contam com o apoio de outros parlamentares que militam prioritariamente em outras causas sociais, em defesa dos direitos dos Povos Indígenas e que apresentam proposições legislativas de interesse do movimento indígena.



Foto: Adi Spézia

É importante levar em conta que existem diferenças entre os partidos de esquerda. Tem uns que são mais comprometidos do que outros, com os ideais e com as lutas acima descritas. Também existem contradições internas nesses partidos. Por vezes abrigam políticos que se identificam mais com as bandeiras da direita e também existem práticas que contradizem os ideais que defendem.

É comum acontecer dos partidos políticos defenderem determinadas propostas quando são oposição e, depois, quando passam a ser governo, fazem outra coisa. Por isso é muito importante prestar atenção nas coligações que fazem. Por exemplo, um partido que defende os direitos dos trabalhadores, dos Povos Indígenas, das minorias, dos menos favorecidos, direitos humanos, quando faz aliança com partidos que defendem os interesses dos patrões, exploradores, ricos, vai ter muita dificuldade de cumprir objetivos que defende.

Nos governos de Lula e Dilma, por exemplo, o PT e o PC do B que historicamente sempre haviam se posicionado do lado dos direitos dos pequenos fizeram uma aliança com partidos dos patrões (PMDB, PP, PSD, PR, PRB e PROS) para chegar ao poder. Devido a essa aliança, setores importantes dentro do governo, criaram enormes dificuldades para avançar na demarcação das terras indígenas e na reforma agrária. O poder político do agronegócio cresceu e a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi construída contra a vontade dos Povos Indígenas e ribeirinhos, provocando como previsto enormes problemas sociais e ambientais.

Por outro lado, é possível constatar também que neste período, foram criadas políticas de inclusão social, os indígenas tiveram maior acesso ao ensino superior, aumentou a renda da população

mais pobre e menos pessoas passaram fome. Essas políticas, que ajudaram a reduzir as desigualdades sociais nos governos liderados pelo PT, sem, no entanto, promoverem uma mudança estrutural mais permanente, passaram a ser destruídas pelos governos Temer e Bolsonaro que os sucederam.

A exemplo do que aconteceu nos governos anteriores do PT, o atual governo Lula, outra vez, em nome da governabilidade, fez alianças com partidos de direita como o União Brasil, PP e Republicanos, entre outros, que receberam Ministérios. Esses partidos sistematicamente votam contra as pautas defendidas pelo governo no Congresso Nacional. O governo conseguiu reconstruir muitos programas sociais destruídos pelo governo extremista de direita de Bolsonaro e reduzir substancialmente o número de pessoas que passam fome, mas não conseguiu evitar os golpes contra os direitos indígenas e contra o meio ambiente. Mesmo tendo criado o Ministério dos Povos Indígenas, pouco avançou, por exemplo, na demarcação das terras indígenas e na reforma agrária, uma luta histórica pelo acesso à terra dos pequenos trabalhadores rurais sem terra.

Os partidos de direita, contaminados por políticos da extrema direita bolsonarista, com ampla maioria no Congresso Nacional, se sentem muito confortáveis para defender os interesses e privilégios dos endinheirados. Impõem seguidas derrotas ao governo, que também são derrotas para o povo, como a aprovação da Lei 14.701/2023 contra a demarcação e autonomia dos Povos Indígenas (marco temporal) e a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, o PL da devastação. Esses partidos se opõem às medidas que buscam cobrar mais impostos dos ricos (os ricos hoje pagam menos impostos que os trabalhadores) para favorecer a grande maioria da população.

Posição dos partidos políticos sobre temas de interesse indígena no Congresso Nacional

É sabido que muitos candidatos nas eleições se apresentam como amigos dos Povos Indígenas para conseguir votos, mas na prática não é assim. Olhar como os parlamentares se posicionam no Congresso Nacional e a que partidos políticos pertencem são informações importantes para saber o que de fato defendem e como se posicionam em relação aos direitos indígenas.



Foto: Guilherme Cavalli

Vamos demonstrar abaixo, por meio de dois exemplos concretos, quais são os partidos no Congresso Nacional que, através de seus parlamentares, votaram contra os direitos indígenas e contra a proteção do meio ambiente e os partidos que votaram a favor dos Povos Indígenas e da natureza.

Posição dos partidos políticos na aprovação da Lei 14.701/2023 (marco temporal)

Essa lei representa uma das mais graves afrontas ao direito dos Povos Indígenas. Ela retorna com o marco temporal para a demarcação das terras indígenas, já declarado inconstitucional pelo STF, mas que inexplicavelmente continua em vigor.

Essa lei, além de criar enormes obstáculos para a demarcação das terras indígenas, permite “a instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico”. Isso tudo é permitido pela lei, nas terras indígenas, “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente”, o que viola os direitos indígenas consagrados na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT.

Na aprovação da Lei, dos 47 vetos do Presidente Lula a dispositivos anti-indígenas do Projeto de Lei (PL), 41 foram derrubados pelos congressistas, entre eles o veto ao marco temporal. Na Câmara, os vetos foram rejeitados por 321 votos a 137 e uma abstenção, e no Senado, por 53 votos a 19. No total, 374 parlamentares, entre deputados e senadores, votaram contra os Povos Indígenas e 156 a favor.

Resultado da votação nos Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados

Partidos de direita e centro direita	Votos contra os direitos indígenas, a favor da Lei 14.701	Votos a favor dos direitos indígenas, a favor dos vetos de Lula		
Novo	4	100%	0	0 %
PL	101	98%	2	2 %
PSDB	14	93 %	1	7 %
União	54	93 %	4	7 %
Republicanos	35	92 %	3	8 %
PP	48	92 %	4	8 %
Podemos	19	90 %	2	10 %
Patriota (PRD)	4	80 %	1	20 %
PSD	41	80 %	10	20 %
MDB	33	75 %	11	25 %
Avante	4	67 %	2	33 %
Solidariedade	2	40 %	3	60 %
Cidadania	1	33 %	2	67 %
TOTAL	360	89 %	45	11 %

Partidos de esquerda e centro esquerda	Votos contra os direitos indígenas, a favor da Lei 14.701	Votos a favor dos direitos indígenas, a favor dos vetos de Lula		
PT	0	0%	63	100%
PSOL	0	0%	12	100%
PCdoB	0	0%	7	100%
Rede	0	0%	2	100%
PSB	5	29%	12	71%
PDT	6	33%	12	67%
PV	3	50%	3	50%
TOTAL	14	11%	111	8 %

Resumo Geral

Partidos	Votos a favor da Lei 14.701	Votos a favor dos vetos de Lula
Partidos de direita e centro direita (MDB, Republicanos, PSDB, NOVO, PP, UNIÃO, Cidadania, Avante, PSD, Solidariedade, Patriota*, Podemos)	360 (89%)	45 (11%)
Partidos de esquerda e centro esquerda (PT, PCdoB, PSOL, REDE, PDT, PV e PSB)	14 (11%)	111 (89%)
Total	374 (71%)	156 (29%)

* Os partidos Patriota e PTB se fundiram e criaram o PRD (Partido Renovação Democrática)

Fica evidente, olhando o quadro acima, como a ampla maioria dos parlamentares de direita, 89%, votou contra os direitos fundamentais dos Povos Indígenas. Já os parlamentares de esquerda se posicionaram exatamente de forma contrária, com 89%, votando a favor dos direitos indígenas.

Essa informação sobre como os partidos se posicionam em relação aos direitos indígenas é preciosa na hora de decidir em quem vamos votar nas eleições de 2026.

Confira na listagem em anexo como cada parlamentar do seu estado, no Congresso Nacional, votou em relação a Lei 14.701.



Foto: Adi Spézia

Posição dos partidos políticos sobre o “PL da Devastação” (PL 2.159/2021)



O PL 2.158/2021, chamado de PL da Devastação, foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e foi encaminhado para a sanção do Presidente da República. O presidente Lula, com 63 vetos, publicou em agosto de 2025 a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190, 2025). Esses vetos, no entanto, podem ser derrubados quando forem analisados pelo Congresso Nacional, como aconteceu com a Lei 14.701.

O que foi aprovado pelo Congresso Nacional é muito ruim, é um grande retrocesso na proteção ambiental. A desregulamentação da política de proteção ambiental vai na contramão de todos os esforços que estão sendo feitos para o enfrentamento das mudanças climáticas. A tendência é a explosão do desmatamento, da poluição dos rios e a degradação dos ecossistemas e biomas.

O PL, também chamado de “mãe de todas as boiadas”, entre outros dispositivos, simplifica os procedimentos para o licenciamento de “atividades ou empreendimentos estratégicos”, assim considerados pelo governo, ainda que seja “causadora de significativa degradação do meio ambiente”.

Cria a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite a obtenção da licença ambiental automática a qualquer pessoa. Basta preencher um formulário na internet. Essa autorização pode ser conseguida, inclusive para empreendimentos de médio porte e potencial poluidor.

Dispensa o licenciamento para 13 atividades e empreendimentos econômicos, como agricultura e pecuária, e para reforma da infraestrutura em instalações que já existem. Além disso, estados e municípios podem criar listas próprias de dispensa de licenciamento.

Empreendimentos e atividades econômicas que impactam terras indígenas e quilombolas sem a demarcação concluída não são considerados para efeitos do licenciamento. Essas terras deixam de ser consideradas áreas protegidas. Isso, por exemplo, significa que nesses territórios não precisa mais fazer a consulta às comunidades, direito previsto na Convenção 169 da OIT.

O PL da devastação foi aprovado na Câmara dos Deputados por 267 votos a 116, na madrugada de 17 de julho de 2025, com apoio do centrão, de ruralistas e bolsonaristas.

Resultado da votação no Plenário

Partidos de DIREITA e CENTRO DIREITA	Votos contra a proteção ambiental A favor do PL 2.159	Votos a favor da proteção ambiental. Contra o PL 2.159
Republicanos	30	100%
PSDB	8	100%
Novo	4	100%
PL	72	99%
MDB	27	96%
PP	35	92%
União	42	91%
PSD	26	84%
Podemos	6	67%
Avante	4	67%
Cidadania	2	67%
PRD	2	67%
Solidariedade	0	0%
TOTAL	258	92%
TOTAL	258	92%
TOTAL	258	92%

Partidos da ESQUERDA e CENTRO ESQUERDA	Votos contra a proteção ambiental A favor do PL 2.159	Votos a favor da proteção ambiental. Contra o PL 2.159
PSOL	0	0%
PCdoB	0	0%
PV	0	0%
Rede	0	0%
PT	1	2%
PSB	2	25%
PDT	6	46%
TOTAL	9	9%
TOTAL	9	9%
TOTAL	9	9%

Resumo

Partidos	Votos contra a proteção ambiental A favor do PL 2.159	Votos a favor da proteção ambiental. Contra o PL 2.159
Partidos de direita e centro direita (PL, PP, PRD, Podemos, PSDB, Republicanos, União, Novo, Avante, MDB, PSD, Solidariedade, Cidadania)	258 (92%)	22 (8%)
Partidos de esquerda e centro esquerda (PSOL, PT, PCdoB, Rede, PDT, PSB, PV,)	9 (9%)	94 (91%)
TOTAL	267	116

Assim como na aprovação da Lei 14.701, do marco temporal, em que os parlamentares dos partidos de direita votaram (89%) contra os direitos indígenas, na aprovação do PL 2.159/2021, votaram em bloco (92%) pela devastação da natureza. Já os partidos de esquerda se posicionaram (91%) de forma coerente e responsável pelo bem-estar de toda a população brasileira, rejeitando em bloco o PL da devastação.

Partidos que mais votaram contra os direitos indígenas e contra a proteção ambiental na aprovação da Lei 14.701/23 e do PL da destruição (PL 2.159/2021) no Congresso Nacional

Partido	Nº Legenda	% de votos contra os direitos indígenas
Novo	30	100%
PL	22	98%
PSDB	45	97%
Republicanos	10	96%
União	44	92%
PP	11	92%
MDB	15	86%
PSD	55	82%

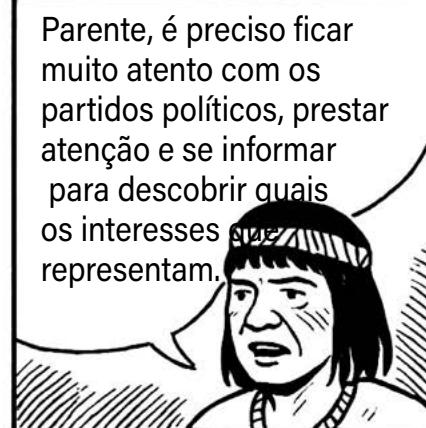
Partido	Nº Legenda	% de votos contra os direitos indígenas
Podemos	20	79%
PRD (Patriota)	25	73%
Avante	70	67%

Os partidos de direita votam contra os direitos dos Povos Indígenas porque defendem os interesses econômicos dos grandes capitalistas, dos empresários, do agronegócio, da mineração, que estão de olho nas terras indígenas e nas riquezas que têm dentro delas. Eles não têm escrúpulos e, com o bolsonarismo, se tornaram ainda mais agressivos. Chegam às lideranças indígenas com “conversa mole”. Para quebrar a resistência indígena, primeiro prometem grandes vantagens, depois oferecem dinheiro e, por fim, partem para ameaças, intimidações, ataques e mesmo assassinatos.

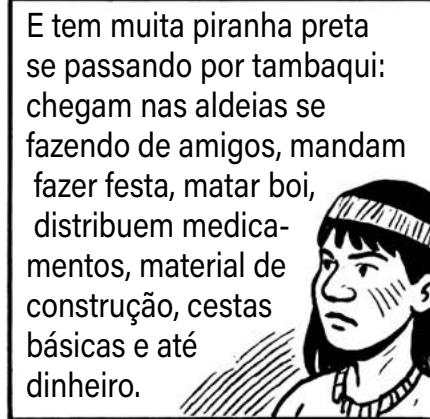
A estratégia deles é muito clara: impedir que novas terras indígenas sejam demarcadas e conseguir explorar livremente as terras já demarcadas.

As eleições são importantes para enfraquecer o seu poder político, tanto no executivo quanto no parlamento. Lembrando de toda luta, de todos os confrontos, do sangue derramado de muitas lideranças indígenas para retomar e demarcar nossas terras, voto zero nos políticos e partidos anti-indígenas de direita.

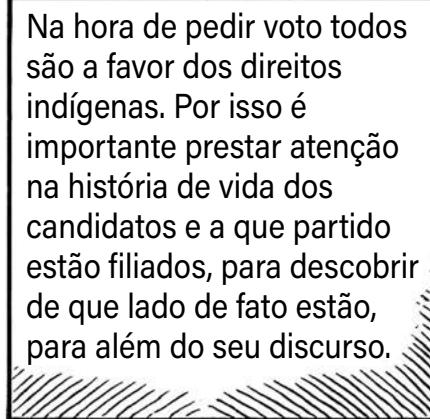
Nas eleições de 2026, vamos votar pelo futuro do país, pelo futuro das próximas gerações, pelo futuro dos Povos Indígenas. Vamos votar nos candidatos que têm compromisso com os Povos Indígenas, nos candidatos indígenas, naqueles que defendem os nossos direitos, para mudar o rosto do Congresso Nacional, o rosto da política brasileira.



Parente, é preciso ficar muito atento com os partidos políticos, prestar atenção e se informar para descobrir quais os interesses que representam.



Tem político safado que até apoia a criação de organizações indígenas para nos dividir.



Esse que oferecem coisas, presentes, querem comprar nosso voto. Nesses não dá para confiar.



Na hora de pedir voto todos são a favor dos direitos indígenas. Por isso é importante prestar atenção na história de vida dos candidatos e a que partido estão filiados, para descobrir de que lado de fato estão, para além do seu discurso.



Foto: Guilherme Cavalli

Mineração em terras indígenas, uma tragédia a ser evitada

Muito cuidado com os candidatos que defendem a mineração em terras indígenas

Já existe novamente uma grande movimentação envolvendo o Congresso Nacional, o Poder Executivo e até o Judiciário em torno da regulamentação da mineração em terras indígenas. Devido aos seus graves impactos socioculturais e ambientais, a Constituição dispõe sobre a mineração em terras indígenas como algo excepcional.

Mesmo assim, na legislatura passada, em 2022, os deputados dos partidos de direita aprovaram um requerimento para que o Projeto de Lei 191/2020, sobre a mineração em terras indígenas, que permitia até o garimpo, fosse votado em regime de urgência, sem debate, pelo plenário da Câmara. Felizmente, com a pressão do movimento indígena, a mudança de governo e considerando a tragédia provocada pelo garimpo na TI Yanomami, o PL foi retirado de pauta.

A pressão para regulamentar a mineração em terras indígenas vem dos mesmos setores que afrontaram os direitos indígenas e desconstruíram a legislação de proteção ambiental com a aprovação da Lei 14.701/23 e do PL da destruição (PL 2.159/2021).

O tema da mineração em terras indígenas foi trazido para a Mesa de Conciliação sobre a Lei 14.701/23 pelo Ministro Gilmar Mendes na forma de uma minuta de projeto de lei com cerca de 30 artigos. Uma mesa que sequer tinha a representação indígena, uma vez que a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) dela se retirou, se negando a sentar para negociar os direitos fundamentais dos Povos Indígenas.

Fica evidente que os setores econômicos e políticos querem impor a mineração em terras indígenas. Na sua conversa e nas suas tramoias, não manifestam nenhuma disposição de respeitar o direito à consulta dos Povos Indígenas. Aliás, fogem do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, como o “diabo da cruz”, porque não querem que seja revelado o potencial de destruição da mineração e nem estão dispostos a reparar os danos que causa.

A Apib divulgou um importante documento com o título Mineração em Terras Indígenas: o que está em jogo para o Brasil e o planeta?, em que contesta o argumento de que a mineração

legalizada é uma solução para o garimpo ilegal. Destaca que “é uma forma de espoliação dos territórios, com impactos socioambientais irreversíveis, como já se comprovou em diversos casos pelo Brasil e pelo mundo”.

Afirma também que é uma falsa promessa de desenvolvimento: “os supostos benefícios econômicos não chegam às comunidades, já que os maiores ganhos tendem a se concentrar nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras, enquanto os custos – sociais, ambientais e espirituais – recaem sobre os Povos Indígenas e seus territórios.”

Segundo a Apib, estudos científicos confirmam que a mineração, mesmo quando legalizada, provoca desmatamento em larga escala; contaminação de rios, solos e aquíferos; intensificação



Foto: Guilherme Cavalli

de conflitos sociais; uso intensivo de água, terra e energia; introdução de grandes fluxos migratórios, inclusive de deslocamentos forçados; violações de direitos humanos; danos à saúde coletiva e aos ecossistemas. A mineração na Amazônia provoca “até 70 km de devastação ao redor dos projetos, ou seja, 70 km de raio de destruição.”

O caso da empresa Potássio do Brasil, com capital canadense, que pretende explorar silvinita na região de Autazes no Amazonas, para abastecer o agronegócio de fertilizantes, é um bom exemplo que demonstra como as grandes mineradoras atropelam os direitos indígenas para instalar os projetos de mineração.

A mineradora se insurgiu contra a demarcação da TI Lago do Soares, do povo Mura, onde está prevista a instalação da infraestrutura da empresa, atropelou o protocolo de consulta das comunidades indígenas e, para quebrar a resistência, provocou conflitos internos com investidas para cooptar lideranças indígenas.

“O projeto é alvo de ações do Ministério Público Federal, que denuncia irregularidades graves no licenciamento ambiental... Além dos riscos sociais, o projeto pode causar afundamentos de solo e salinização de rios, afetando gravemente a segurança hídrica da região” (Apib).

Ainda, segundo a Apib, permitir ou regulamentar a mineração em Terras Indígenas representa:

- “Um grave retrocesso ambiental, social e climático;
- A abertura de portas para novos conflitos, contaminações de corpos e territórios indígenas e violações de direitos;

- Um estímulo à expansão da ilegalidade e da degradação ambiental, ao facilitar a lavagem de minérios extraídos ilegalmente, atrair organizações criminosas e aprofundar a ocupação predatória dos territórios;
- Um risco geopolítico que fragiliza a credibilidade internacional do Brasil, especialmente diante da realização da COP 30 no país.”

Por fim, a APIB reivindica o protagonismo do movimento indígena no debate sobre a mineração e rechaça qualquer tentativa de regulamentar essa atividade em terras indígenas a portas fechadas no Judiciário ou no Congresso e defende:

“Diante da urgência climática, das evidências científicas e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, torna-se imperativo que o país adote medidas preventivas e coerentes. Declarar as Terras Indígenas como zonas proibidas para a mineração é uma dessas medidas — necessária, justa e estratégica.”

Diante de tudo o que vimos até aqui, que foi detalhado acima, muito cuidado com os candidatos nas eleições de 2026 que vêm com a bandeira da mineração em terras indígenas. Eles pouco se importam com o futuro dos Povos Indígenas, porque estão comprometidos com os interesses das grandes empresas de mineração nacionais e estrangeiras e agem como seus advogados. Eles não merecem o seu voto.

O documento da Apib, “Mineração em Terras Indígenas: o que está em jogo para o Brasil e o planeta?” pode ser acessado pelo link: <https://apiboficial.org/2025/06/11/mineracao-tis/>





Foto: Adi Spézia



A violência do bolsonarismo e o risco à democracia

O bolsonarismo, composto por extremistas de direita, se mantém forte mesmo com Jair Bolsonaro tendo perdido as eleições de 2022 e estando preso e inelegível até 2030. Os bolsonaristas continuam muito ativos nas redes sociais e contam com o apoio de setores importantes da grande mídia empresarial. Desinformam, atacam as instituições democráticas, alardeiam um caos que não existe, gerando temor na população.

Essa é a sua estratégia para defender os privilégios dos ricos que pagam pouco imposto, recebem generosos incentivos fiscais e atacam as políticas públicas voltadas para a população menos favorecida, os direitos dos trabalhadores, dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais e as medidas de proteção da natureza.

Defendem um Estado autoritário. Querem se impor pela força. Tentaram dar um golpe de Estado no dia 08/01/2023 e continuam tentando. Por isso, atacam o Supremo Tribunal Federal (STF), sobretudo o Ministro Alexandre de Moraes, cujas decisões vêm salvaguardando a democracia. Estão, inclusive, atentando contra a soberania nacional, articulando com o presidente dos EUA, sanções para o Brasil na área comercial e a ministros do STF. Além disso, defendem um projeto de anistia no Congresso Nacional, sobretudo para os que planejaram o golpe, entre eles Jair Bolsonaro, já indiciado por esse crime e outros.

Defendem o armamento indiscriminado da população e uma polícia ainda mais violenta. Os que discordam e questionam suas ideias e práticas são taxados de comunistas, esquerdopatas, pessoas que não prestam, inimigos a serem exterminados.

Estimulam o machismo, o racismo, o preconceito e a discriminação em relação aos negros, indígenas, mulheres, comunidades LGBT e pobres. Acham que, em nome da liberdade individual, podem desrespeitar as outras pessoas e os direitos coletivos.

Adotam um discurso contra a corrupção que vale para os outros, mas não para eles. Não falta bolsonarista denunciado e preso por corrupção.

Negam a ciência. Gostam de usar o nome de Deus, da pátria e da família para justificar os absurdos e até os crimes que cometem. Não tem escrúpulos em espalhar notícias falsas (fake news),

mesmo que com isso coloquem em risco a vida das pessoas, como fizeram em relação à Covid-19. Centenas de milhares de pessoas morreram porque foram levadas, pelas mentiras que espalharam, a acreditar que não precisavam se proteger, usar máscaras, respeitar o distanciamento social e nem se vacinar. Assim, foram alvos fáceis do vírus e ajudaram a contaminar os demais.

Não vamos nos esquecer do que foi o governo Bolsonaro para os Povos Indígenas e para o povo brasileiro.

O governo Bolsonaro (2019 a 2022) foi uma verdadeira tragédia para os Povos Indígenas e as desgraças que espalhou continuam afetando muitas pessoas. Comemorou o fato de ter cumprido sua promessa de não demarcar um centímetro de terra indígena. Transformou a Funai numa agência a serviço dos interesses econômicos de terceiros nas terras indígenas e desmontou os órgãos de fiscalização ambiental, inclusive constrangendo os servidores públicos a desempenhar o seu papel.

O governo ficou o tempo todo tramando contra os direitos indígenas, no apoio a projetos de lei como o da mineração em terras indígenas e até de legalização do garimpo e de adoção do marco temporal que restringe drasticamente o direito originário dos Povos Indígenas às terras que tradicionalmente ocupam.

O governo Bolsonaro estimulou a invasão e esbulho dos territórios indígenas e se mostrou insensível e indiferente, e ao mesmo tempo cúmplice da violência praticada contra os Povos Indígenas, dentro e fora de suas terras. O Relatório de Violência contra os Povos Indígenas publicado anualmente pelo Cimi, registra assustadores 795 assassinatos de indígenas durante o governo Bolsonaro, no período de 2019 a 2022.

O governo Bolsonaro também foi perverso para a maioria da população brasileira. Destruiu políticas públicas conquistadas com muita luta e sofrimento de trabalhadores/as, estudantes, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, militantes de direitos humanos (muitas lideranças foram assassinadas), na área da educação, da saúde, do meio ambiente, dos direitos humanos...

Por isso, nessas eleições de 2026, é fundamental identificar quem são os políticos bolsonaristas, de extrema direita, e em que partidos estão. Eles são o que existe de pior na política para a vida e para os direitos dos Povos Indígenas e do povo brasileiro.

O bolsonarismo não suporta os Povos Indígenas, que são vistos como seus inimigos. Não faz o menor sentido os eleitores e candidatos indígenas votarem em candidatos de partidos de direita, hoje tomados pelo bolsonarismo, e muito menos se filiar a esses partidos. Para os Povos Indígenas, assim como para a população brasileira, é estratégico enfraquecer o bolsonarismo nessas eleições de 2026, derrotando seus candidatos para Presidente da República, Senado, Câmara dos Deputados, Governo de estados e Assembleias legislativas.

Votar em bolsonarista, em aqueles que acham que os Povos Indígenas devem desaparecer? nem pensar! Tampouco em candidato ou partido que apoiou um governo que cumpriu a promessa de “não demarcar nenhuma terra indígena” e nem em candidato racista, preconceituoso e machista”.



Votar de forma cuidadosa

Para votar, o primeiro aspecto e o mais relevante a ser considerado é o partido a que pertence o/a candidato/a. Como vimos nesse documento, os políticos de partidos com orientação ideológica de direita conspiram e se posicionam sistematicamente contra os direitos indígenas.

São os políticos desses partidos, entre os quais os bolsonaristas, que defendem os interesses econômicos de fazendeiros, madeireiros, mineradoras e garimpeiros no interior das terras

indígenas e se opõem a sua demarcação. Deixar-se enganar por eles na hora da eleição tem custado muito caro para os Povos Indígenas.

Além disso, também é muito importante se informar sobre a história de vida dos candidatos/as, se ao longo de sua militância política de fato demonstraram compromisso com os direitos e interesses dos Povos Indígenas e com as causas populares e sociais. Mesmo nos partidos de esquerda, em tese mais sensíveis e com mais compromisso com os Povos Indígenas, existem políticos não confiáveis.



Foto: Hellen Loures

Para avançar na estratégia de fortalecer cada vez mais a representação política dos Povos Indígenas, é necessário votar em candidatos/as indígenas que merecem confiança por sua determinação, firmeza e coerência na luta pelos direitos e pelo futuro dos Povos Indígenas, inclusive ao escolher o partido político a que se filiaram.

Vamos prestar muita atenção, não só nos candidatos/as aos cargos de presidente da República e governador, mas também nos candidatos para deputado e senador. Vimos acima os estragos que um Congresso Nacional tomado por parlamentares de direita e pelo bolsonarismo está fazendo nos direitos indígenas e na proteção da natureza. O mesmo acontece nas Assembleias Legislativas dos estados.

As eleições de 2026 vão ser marcadas, outra vez, pelas fake news ou mentiras, principalmente dos bolsonaristas, espalhadas pelas redes sociais, pela televisão e pelo rádio, e até mesmo por alguns pastores e missionários nas aldeias, para confundir o eleitor/a. Por isso, parente, se tiver dúvida se uma informação é falsa ou não sobre algum partido ou candidato/a e sobre em quem votar, consulte lideranças indígenas e pessoas das entidades aliadas, que sabidamente sempre demonstraram compromisso e coerência na luta pelos direitos dos Povos Indígenas.

Votar a favor dos direitos indígenas é votar contra os defensores do agronegócio, do latifúndio, do marco temporal, da mineração em terra indígena, de projetos que destroem a natureza e do bolsonarismo.

Vamos fazer alianças com quem tem compromisso com os nossos objetivos e comunga com nossos ideais. Merecem confiança os/as candidatos/as a Presidente, Senado, Deputado Federal e Estadual de Partido Político ou Coligação que comungam com os ideais e objetivos da política indígena e assumem nos seus programas este compromisso.



Por que nós Povos Indígenas participamos da política eleitoral?

Os períodos das campanhas eleitorais normalmente têm sido uma dor de cabeça para as comunidades indígenas, provocando muitas divisões internas. A eleição de candidatos/as indígenas no âmbito municipal, seja como prefeitos/as e vereadores/as, muitas vezes também não tem ajudado muito. Fazer política em espaços estranhos aos Povos Indígenas não é fácil, pois a maioria dos eleitos e seus partidos são contra os direitos indígenas e defendem outros interesses ou não entendem nada da realidade vivida pelos nossos povos.

Assim mesmo, nas eleições de 2026 para Presidente da República, senador e deputado federal, governador e deputado estadual, há uma grande expectativa do movimento indígena de conseguir eleger candidatos/as indígenas.



Foto: Hellen Loures

Queremos eleger candidatos/as indígenas para fortalecer as nossas lutas, nossas organizações e aumentar nossa capacidade de mobilização. Sabemos que uma ou outra voz indígena isolada no Congresso Nacional ou na Assembleia Legislativa do estado pode muito pouco, mas se ela for acompanhada pela força unida, articulada e mobilizada dos Povos Indígenas, pode fazer a diferença.

Como fazer a escolha/indicação dos/as candidatos/as indígenas?

No momento de uma campanha eleitoral, sempre aparece um número grande de candidatos/as indígenas. A maioria dos partidos políticos aprova candidaturas indígenas para puxar votos para seus candidatos/as mais fortes, que muitas vezes são contra os direitos indígenas. Não podemos mais cair no jogo dos nossos inimigos. Assim não elegemos ninguém, nossas comunidades se dividem e aumentam os conflitos internos.

Ocorre certa dificuldade de estabelecer acordo nas associações indígenas para a definição de candidaturas indígenas, sendo comum a divisão dos votos entre vários candidatos, enfraquecendo a participação indígena no processo eleitoral. Em outras situações, se insiste na votação de candidatos que ainda não estão preparados, ignorando, inclusive, possíveis candidaturas não indígenas, mas que possuem firme trajetória de apoio à causa indígena e ambiental.

Também não adianta eleger um/a candidato/a indígena que não comunga com os ideais e os objetivos da política indígena e que não seja militante do movimento indígena. Esse tipo de candidato/a, que coloca os seus interesses individuais acima

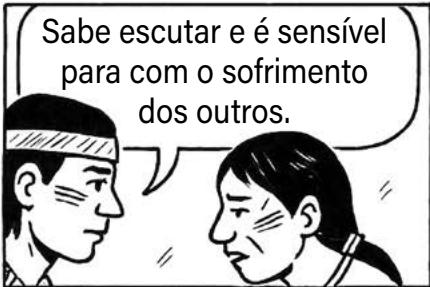
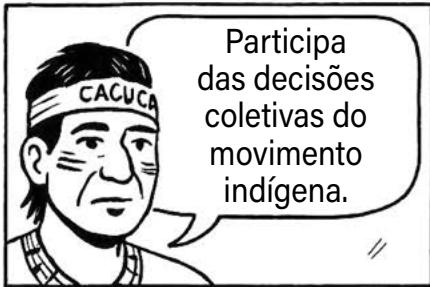
dos interesses coletivos dos Povos Indígenas, só atrapalha. Não merece crédito.

É muito importante que as candidaturas indígenas sejam discutidas pelo movimento indígena. É necessário que os povos e suas organizações no estado se ponham de acordo para escolher candidatos/as aqueles/as que tenham melhores condições de representar os objetivos de todos/as. Não vamos escolher o/a candidato/a indígena porque é de determinada região ou povo, mas porque achamos que ele/a pode ajudar mais a fortalecer a nossa luta conjunta pelos nossos direitos. O número de candidatos/as vai depender de uma avaliação do movimento indígena sobre quantos têm chances de se eleger. Atenção – cuidado com a filiação partidária. Não vamos fortalecer os partidos que se posicionam contra os nossos direitos.



Foto: Hellen Loures

CANDIDATO/A INDÍGENA DE CONFIANÇA É AQUELE QUE:



Vamos escolher representantes indígenas para fortalecer as lutas pela conquista de nossos direitos.



Não vamos nos deixar dividir pelos partidos políticos anti-indígenas.



Temos que criar um consenso sobre os candidatos indígenas que vamos apoiar.



Se não houver consenso do movimento indígena é melhor nem ter candidato próprio.



Não vamos votar em candidato indígena que não tem o apoio do movimento indígena.





Foto: Guilherme Cavalli

Algumas informações sobre o processo eleitoral de 2026

Serão eleitos em 2026:

Presidente/a da República, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais.

Duração dos mandatos:

Presidente da República e governadores de Estado: 4 anos, para o exercício dos cargos nos anos de 2027 a 2030

Senadores: 8 anos

Deputados federais e deputados estaduais: 4 anos



Data da eleição

As eleições serão realizadas no dia 4 de outubro de 2026. Em caso de 2º turno, este será realizado no dia 25 do mesmo mês.

Nessa eleição, o 2º turno será realizado quando nenhuma candidatura à Presidente/a da República ou a Governador/a de estado alcance 50% + 1 dos votos válidos. Voto válido não é contabilizado os brancos ou nulos. Não tem 2º turno para Senador/a e deputada/o federal e estadual.

A votação começará às 8h e terminará às 17h, no horário de Brasília, quando serão impressos os boletins de urna. No horário de Manaus, Porto Velho, Cuiabá, Campo Grande e Boa Vista a votação será das 7h às 16h e no horário de Rio Branco das 6h às 15h.

Data para Filiação Partidária/Domicílio eleitoral

A data limite para filiação partidária daqueles/as que querem ser candidatos/as nas eleições de 2026 é dia 4 de abril de 2026, seis meses antes do pleito. Este também é o prazo final para que todas as candidatas e candidatos tenham domicílio eleitoral na circunscrição em que desejam disputar as eleições e estarem com a filiação deferida pela agremiação (partido) pela qual pretende concorrer. Presidente da República, governadoras ou governadores de Estado e prefeitas ou prefeitos que pretendam concorrer a outros cargos em 2026 têm até esta data para renunciar aos respectivos mandatos.

Transferência do título

No dia 6 de maio, 151 dias antes do pleito, vence o prazo para que eleitoras e eleitores realizem operações de transferência do local de votação e revisão de qualquer informação constante do

Cadastro Eleitoral. Quem tem mais de 18 anos e ainda não possui título eleitoral também tem até este dia para solicitar a emissão do documento pelo sistema TítuloNet. (<https://cad-app-titulonet.tse.jus.br/titulonet/novoRequerimento>)

Federações partidárias

A união de partidos em federações foi instituída pelo Congresso Nacional na reforma eleitoral de 2021 com o objetivo de permitir às legendas atuarem de forma unificada em todo o país.

Com a criação das federações, os partidos poderão se unir para apoiar qualquer cargo, desde que assim permaneçam durante todo o mandato a ser conquistado. A federação de partidos vale para eleições majoritárias, bem como para as proporcionais. (Fonte: TSE)

Sistema eleitoral majoritário e sistema proporcional

O sistema majoritário é adotado para os cargos de senador, presidente da República, governador e prefeito. No sistema majoritário, vence o candidato, a candidata com mais votos.

Já o sistema proporcional é adotado para os cargos de deputado federal, deputado estadual, vereador e, no caso do Distrito Federal, deputado distrital. No sistema proporcional, não são consideradas apenas as votações nominais (individuais) da candidata ou do candidato, mas também o total de votos dados ao partido ou à federação partidária. O cálculo é feito considerando o quociente eleitoral e o quociente partidário. (Fonte: TSE)

Quociente eleitoral: o que é? Como funciona?

O quociente eleitoral é calculado para saber se os partidos ou federações têm direito a ocupar cadeiras em disputa na eleição. O cálculo é feito dividindo o número total dos votos válidos pelo número de cadeiras em disputa. Por exemplo, no estado do

Amazonas, com 08 vagas para deputado federal, se na eleição forem computados 80 mil votos válidos, o quociente eleitoral será de 10 mil votos. Ou seja, para cada cadeira de deputado federal, serão necessários 10 mil votos.

Quociente partidário: o que é? Como funciona?

O quociente partidário serve para saber o número inicial de vagas que um partido ou federação alcançou na eleição. O cálculo é feito dividindo o total de votos válidos obtidos por um partido ou federação pelo quociente eleitoral. Utilizando o exemplo acima, se no estado do Amazonas o quociente eleitoral para deputado federal é de 10 mil votos e um partido ou federação obteve 20 mil votos, terá direito a 02 vagas. As vagas serão preenchidas pelos dois candidatos mais votados, desde que cada um tenha alcançado votos em número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral.

COMO UTILIZAR ESSE DOCUMENTO

Vamos fazer chegar o conteúdo desse documento ao maior número possível de comunidades indígenas.

Todas as lideranças indígenas, tuxauas, caciques, professores/as, profissionais de saúde, lideranças religiosas, bem como nossas organizações, estão convidadas a utilizar o documento para promover espaços de debate, como estudos, reuniões, encontros, conversas à noite ou de madrugada.

Vamos fazer política do nosso jeito, de forma articulada, pensando no futuro de nossos povos com autonomia, com as terras demarcadas e garantidas, em harmonia com a natureza e com políticas públicas sob o nosso controle, fortalecendo os projetos de vida de cada povo indígena.

ANEXO

Lei anti-indígena
Lei 14.701

Como votou cada deputado e cada senador

ANEXO

Lei anti-indígena - Lei 14.701

Como votou cada deputado e cada senador

ACRE

Deputado	A favor da Lei	Contra a Lei
Coronel Ulysses - União	X	
Gerlen Diniz - PP	X	
Roberto Duarte - Republicanos	X	
Meire Serafim - União		X
Socorro Neri - PP		X
Zezinho Barbary - PP		X
Senador/Partido		
Alan Rick - União	X	
Marcio Bittar - União	X	
Sérgio Petecão - PSD	X	

ALAGOAS

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Alfredo Gaspar - União	X	
Delegado Fabio Costa - PP	X	
Luciano Amaral - PV	X	
Marx Beltrão - PP	X	
Rafael Brito - MDB	X	
Daniel Barbosa - PP		X
Paulão - PT		X
Senador/Partido		
Rodrigo Cunha - Podemos	X	
Renan Filho - MDB		X

AMAZONAS

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Adail Filho - Republicanos	X	
Capitão Alberto Neto - PL	X	
Fausto Santos Jr. - União	X	
Saulo Vianna - União	X	
Amom Mandel - Cidadania		X
Átila Lins - PSD		X
Sidney Leite - PSD		X

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Plínio Valério - PSDB	X	
Eduardo Braga - MDB		X
Omar Aziz - PSD		X

AMAPÁ

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Acácio Favacho - MDB	X	
Silvia Waiápi - PL	X	
Sonize Barbosa - PL	X	
Vinicius Gurgel - PL	X	
Augusto Pappio - MDB		X
Dorinaldo Malafaia - PDT		X
Josenildo - PDT		X
Professora Goreth - PDT		X
Senador/Partido		
Davi Alcolumbre - União	X	
Lucas Barreto - PSD	X	
Randolfe Rodrigues - Rede		X

BAHIA

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Adolfo Viana- PSDB	X	
Antonio Brito - PSD	X	
Arthur Oliveira Maia - União	X	
Bacelar - PV	X	
Capitão Alden - PL	X	
Dal Barreto - União	X	
Diego Coronel - PSD	X	
Elmar Nascimento - União	X	
Félix Mendonça Júnior - PDT	X	
Gabriel Nunes - PSD	X	
João Carlos Bacelar - PL	X	
João Leão - PP	X	
Leur Lomanto Júnior - União	X	
Mário Negromonte Jr. - PP	X	
Neto Carletto - PP	X	
Otto Alencar Filho - PSD	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Paulo Azi - União	X	
Paulo Magalhães - PSD	X	
Raimundo Costa - Podemos	X	
Ricardo Maia - MDB	X	
Roberta Roma - PL	X	
Rogéria Santos - Republicanos	X	
Alice Portugal - PCdoB		X
Daniel Almeida - PCdoB		X
Ivoneide Caetano - PT	X	
Jorge Solla - PT	X	
Joseildo Ramos - PT		X
Josias Gomes - PT	X	
Leo Prates - PDT	X	
Lídice da Mata - PSD		X
Pastor Sargento Isidório - Avante		X
Valmir Assunção - PT	X	
Senador/Partido		
Angelo Coronel - PSD	X	
Jaques Wagner - PT		X
Otto Alencar - PSD		X

CEARÁ

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
AJ Albuquerque - PP	X	
André Fernandes - PL	X	
Dayany Bittencourt - União	X	
Domingos Neto - PSD	X	
Dr. Jaziel - PL	X	
Fernanda Pessoa - União	X	
Júnior Mano - PL	X	
Luiz Gastão - PSD	X	
Matheus Noronha - PL	X	
Moses Rodrigues - União	X	
Célio Studart - PSD		X
Eduardo Bismarck - PDT		X
Idilvan Alencar - PDT	X	
José Guimarães - PT	X	
Luizianne Lins - PT		X
Mauro Benevides Filho - PDT		X
Robério Monteiro - PDT		X
Senador/Partido		
Eduardo Girão - Novo	X	
Augusta Brito - PT		X

DISTRITO FEDERAL

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Alberto Fraga - PL	X	
Bia Kicis - PL	X	
Fred Linhares - Republicanos	X	
Gilvan Maximo - Republicanos	X	
Prof. Paulo Fernando - Republicanos	X	
Rafael Prudente - MDB		X
Erika Kokay - PT		X
Prof. Reginaldo Veras - PV		X
Senador/Partido		
Damares Alves - Republicanos	X	
Izalci Lucas - PSDB	X	
Leila Barros - PDT		X

ESPIRITO SANTO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Amaro Neto - Republicanos	X	
Da Vitoria - PP	X	
Dr. Victor Linhalis - Podemos	X	
Gilvan da Federal - PL	X	
Messias Donato - Republicanos	X	
Gilson Daniel - Podemos		X
Helder Salomão - PT		X
Jack Rocha - PT		X
Paulo Foleto - PSB		X
Senador/Partido		
Magno Malta - PL	X	
Marcos do Val - Podemos	X	
Fabiano Contarato - PT		X

GOIÁS

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Adriano do Baldy - PP	X	
Célio Silveira - MDB	X	
Daniel Agrobom - PL	X	
Dr. Zacharias Calil - União	X	
Glaustin da Fokus - Podemos	X	
Gustavo Gayer - PL	X	
Hildo do Candango - Republicanos	X	
Ismael Alexandrino - PSD	X	
José Nelto - PP	X	
Lêda Borges - PSDB	X	
Magda Mofatto - Patriota	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Marussa Boldrin - MDB	X	
Professor Alcides - PL	X	
Silvy Alves - União	X	
Delegada Adriana Accorsi - PT		X
Senador/Partido		
Jorge Kajuru - PSB	X	
Vanderlan Cardoso - PSD	X	
Wilder Morais - PL	X	

MARANHÃO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Amanda Gentil - PP	X	
Cleber Verde - MDB	X	
Dr. Allan Garcés - PP	X	
Fábio Macedo - Podemos	X	
Henrique Júnior - PL	X	
Josivaldo JP - PSB	X	
Luciano Galego - PL	X	
Márcio Honaiser - PDT	X	
Mariana Carvalho - Republicanos	X	
Marreca Filho - Patriota	X	
Paulo Marinho Jr - PL	X	
Pedro Lucas Fernandes - União	X	
Silvio Antonio - PL	X	
Duarte Jr. - PSB		X
Márcio Jerry - PCdoB		X
Roseana Sarney - MDB		X
Rubens Pereira Júnior - PT		X
Senador/Partido		
Weverton - PDT	X	
Ana Paula Lobato - PSB		X
Eliziane Gama - PSD		X

MINAS GERAIS

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Ana Paula Leão - PP	X	
Bruno Farias - Avante	X	
Delegada Ione - Avante	X	
Delegado Marcelo Freitas - União	X	
Diego Andrade - PSD	X	
Dimas Fabiano - PP	X	
Domingos Sávio - PL	X	
Senador/Partido		

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Dr. Frederico - Patriota	X	
Emidinho Madeira - PL	X	
Eros Biondini - PL	X	
Euclides Pettersen - Republicanos	X	
Felipe Saliba - Patriota	X	
Gilberto Abramo - Republicanos	X	
Greyce Elias - Avante	X	
Hercílio Coelho Diniz - MDB	X	
Igor Timo - Podemos	X	
Junio Amaral - PL	X	
Lafayette de Andrade - Republicanos	X	
Lincoln Portela - PL	X	
Luiz Fernando Faria - PSD	X	
Mário Heringer - PDT	X	
Mauricio do Vôlei - PL	X	
Misael Varella - PSD	X	
Nely Aquino - Podemos	X	
Newton Cardoso Jr - MDB	X	
Nikolas Ferreira - PL	X	
Paulo Abi-Ackel - PSDB	X	
Pinheirinho - PP	X	
Rafael Simões - União	X	
Rodrigo de Castro - União	X	
Rosângela Reis - PL	X	
Samuel Viana - PL	X	
Zé Silva - Solidariedade	X	
Zé Vitor - PL	X	
Duarte Jr. - PSB		X
Ana Pimentel - PT		X
André Janones - Avante		X
Célia Xakriabá - PSOL		X
Dandara - PT		X
Duda Salabert - PDT		X
Miguel Ângelo - PT		X
Odair Cunha - PT		X
Padre João - PT		X
Paulo Guedes - PT		X
Pedro Aihara - Patriota		X
Reginaldo Lopes - PT		X
Rogério Correia - PT		X
Stefano Aguiar - PSD		X
Weliton Prado - Solidariedade		X
Senador/Partido		

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Carlos Viana - Podemos	X	
Cleitinho - Republicanos	X	

MATO GROSSO DO SUL

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Beto Pereira - PSDB	X	
Dr. Luiz Ovando - PP	X	
Geraldo Resende - PSDB	X	
Marcos Pollon - PL	X	
Rodolfo Nogueira - PL	X	
Camila Jara - PT		X
Dagoberto Nogueira - PSDB		X
Vander Loubet - PT		X
Senador/Partido		
Nelsinho Trad - PSD	X	
Soraya Thronicke - Podemos	X	
Tereza Cristina - PP	X	

MATO GROSSO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Abilio Brunini - PL	X	
Amália Barros - PL	X	
Coronel Assis - União	X	
Coronel Fernanda - PL	X	
Gisela Simona - União	X	
José Medeiros - PL	X	
Juarez Costa - MDB	X	
Emanuel Pinheiro Neto - MDB		X
Senador/Partido		
Carlos Fávaro - PSD	X	
Jayme Campos - União	X	
Wellington Fagundes - PL	X	

PARÁ

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Renilce Nicodemos		Abs-tenção
Antônio Doido - MDB	X	
Delegado Caveira - PL	X	
Delegado Éder Mauro - PL	X	
Dra. Alessandra Haber - MDB	X	
Henderson Pinto - MDB	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Joaquim Passarinho - PL	X	
Júnior Ferrari - PSD	X	
Keniston Braga - MDB	X	
Olival Marques - MDB	X	
Raimundo Santos - PSD	X	
Airton Faleiro - PT		X
Dilvanda Faro - PT		X
José Priante - MDB		X
Senador/Partido		
Zequinha Marinho - Podemos	X	
Beto Faro PT		X

PARAÍBA

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Aguinaldo Ribeiro - PP	X	
Cabo Gilberto Silva - PL	X	
Hugo Motta - Republicanos	X	
Mersinho Lucena - PP	X	
Romero Rodrigues - Podemos	X	
Wellington Roberto - PL	X	
Wilson Santiago - Republicanos	X	
Gervásio Maia - PSD		X
Luiz Couto - PT		X
Murilo Galdino - Republicanos		X
Senador/Partido		
Daniella Ribeiro - PSD	X	
Efraim Filho - União	X	

PERNAMBUCO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Augusto Coutinho - Republicanos	X	
Clarissa Tércio - PP	X	
Coronel Meira - PL	X	
Eduardo da Fonte - PP	X	
Fernando Coelho Filho - União	X	
Fernando Monteiro - PP	X	
Fernando Rodolfo - PL	X	
Guilherme Uchoa - PSD	X	
Luciano Bivar - União	X	
Lula da Fonte - PP	X	
Mendonça Filho - União	X	
Ossebio Silva - Republicanos	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Pastor Eurico - PL	X	
Waldemar Oliveira - Avante	X	
Carlos Veras - PT		X
Clodoaldo Magalhães - PV		X
Eriberto Medeiros - PSB		X
Felipe Carreras - PSB		X
Iza Arruda - MDB		X
Lucas Ramos - PSB		X
Maria Arraes - Solidariedade		X
Pedro Campos - PSD		X
Renildo Calheiros - PCdoB		X
Túlio Gadêla - Rede		X
Senador/Partido		
Fernando Dueire - MDB	X	
Teresa Leitão - PT		X

PIAUI

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Átila Lira - PP	X	
Jadyel Alencar - PV	X	
Julio Arcoverde - PP	X	
Júlio Cesar - PSD	X	
Marcos Aurélio Sampaio - PSD	X	
Dr. Francisco - PT		X
Flávio Nogueira - PT		X
Florentino Neto - PT		X
Merlong Solano - PT		X
Senador/Partido		
Ciro Nogueira - PP	X	
Marcelo Castro - MDB	X	
Jussara Lima - PSD		X

PARANÁ

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Beto Richa - PSDB	X	
Diego Garcia - Republicanos	X	
Dilceu Sperafico - PP	X	
Felipe Francischini - União	X	
Filipe Barros - PL	X	
Geraldo Mendes - União	X	
Giacobo - PL	X	
Luciano Alves - PSD	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Luisa Canziani - PSD	X	
Luiz Carlos Hauly - Podemos	X	
Luiz Nishimori - PSD	X	
Marco Brasil - PP	X	
Padovani - União	X	
Paulo Litro - PSD	X	
Pedro Lupion - PP	X	
Reinhold Stephanes - PSD	X	
Rodrigo Estacho - PSD	X	
Sargento Fahur - PSD	X	
Sergio Souza - MDB	X	
Tião Medeiros - PP	X	
Toninho Wandscheer - PP	X	
Vermelho - PL	X	
Aliel Machado - PV		X
Carol Dartora - PT		X
Delegado Matheus Laiola - União		X
Gleisi Hoffmann - PT		X
Luciano Ducci - PSD		X
Tadeu Veneri - PT		X
Zeca Dirceu - PT		X
Senador/Partido		
Flávio Arns - PSD	X	
Oriovisto Guimarães - Podemos	X	
Sergio Moro - União	X	

RIO DE JANEIRO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Altineu Côrtes - PL	X	
Bebeto - PP	X	
Caio Vianna - PSD	X	
Carlos Jordy - PL	X	
Chris Tonietto - PL	X	
Dani Cunha - União	X	
Delegado Ramagem - PL	X	
Doutor Luizinho - PP	X	
General Pazuello - PL	X	
Helio Lopes - PL	X	
Jones Moura - PSD	X	
Jorge Braz - Republicanos	X	
Julio Lopes - PP	X	
Juninho do Pneu - União	X	
Laura Carneiro - PSD	X	
Luis Carlos Gomes - Republicanos	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Luiz Lima - PL	X	
Marcelo Crivella - Republicanos	X	
Marcos Soares - União	X	
Murillo Gouveia - União	X	
Otoni de Paula - MDB	X	
Ricardo Abrão - União	X	
Roberto Monteiro Pai - PL	X	
Sargento Portugal - Podemos	X	
Soraya Santos - PL	X	
Sóstenes Cavalcante - PL	X	
Aureo Ribeiro - Solidariedade		X
Benedita da Silva - PT		X
Chico Alencar - PSOL		X
Daniela do Waguinho - União		X
Dimas Gadelha - PT		X
Glauber Braga - PSOL		X
Gutemberg Reis - MDB		X
Jandira Feghali - PCdoB		X
Lindbergh Farias - PT		X
Marcelo Queiroz - PP		X
Marcos Tavares - PDT		X
Max Lemos - PDT		X
Pastor Henrique Vieira - PSOL		X
Pedro Paulo - PSD		X
Reimont - PT		X
Talíria Petrone - PSOL		X
Tarcísio Motta - PSOL		X
Washington Quaquá - PT		X
Senador/Partido		
Carlos Portinho - PL	X	
Flávio Bolsonaro - PL	X	
Romário - PL		X

RIO GRANDE DO NORTE

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Benes Leocádio - União	X	
General Girão - PL	X	
João Maia - PP	X	
Paulinho Freire - União	X	
Robinson Faria - PL	X	
Sargento Gonçalves - PL	X	
Fernando Mineiro - PT		X
Natália Bonavides - PT		X

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Senador/Partido		
Rogério Marinho - PL	X	
Styvenson Valentim - Podemos	X	
Zenaide Maia - PSD		X

RONDÔNIA

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Coronel Chrisóstomo - PL	X	
Cristiane Lopes - União	X	
Dr. Fernando Máximo - União	X	
Lebrão - União	X	
Lucio Mosquini - MDB	X	
Maurício Carvalho - União	X	
Silvia Cristina - PL	X	
Thiago Flores - MDB	X	
Senador/Partido		
Jaime Bagattoli - PL	X	
Marcos Rogério - PL	X	
Confúcio Moura - MDB		X

RORAIMA

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Albuquerque - Republicanos	X	
Gabriel Mota - Republicanos	X	
Nicoletti - União	X	
Pastor Diniz - União	X	
Zé Haroldo Cathedral - PSD	X	
Defensor Stélio Dener - Republicanos		X
Duda Ramos - MDB		X
Senador/Partido		
Chico Rodrigues - PSB	X	
Dr. Hiran - PP	X	
Mecias de Jesus - Republicanos	X	

RIO GRANDE DO SUL

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Afonso Hamm - PP	X	
Afonso Motta - PDT	X	
Alceu Moreira - MDB	X	
Any Ortiz - Cidadania	X	
Bibo Nunes - PL	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Covatti Filho - PP	X	
Daniel Trzeciak - PSDB	X	
Franciane Bayer - Republicanos	X	
Giovani Cherini - PL	X	
Heitor Schuch - PSB	X	
Lucas Redecker - PSDB	X	
Luciano Azevedo - PSD	X	
Luiz Carlos Busato - União	X	
Marcelo Moraes - PL	X	
Marcel van Hattem - Novo	X	
Márcio Biolchi - MDB	X	
Mauricio Marcon - Podemos	X	
Osmar Terra - MDB	X	
Pedro Westphalen - PP	X	
Pompeo de Mattos - PDT	X	
Sanderson - PL	X	
Zucco - Republicanos	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Gustinho Ribeiro - Republicanos	X	
Thiago de Joaldo - PP	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Ana Paula Lima - PT	SC	X
Pedro Uczai - PT	SC	X

SERGIPE

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Gustinho Ribeiro - Republicanos	X	
Thiago de Joaldo - PP	X	

SÃO PAULO

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Adilson Barroso - PL	X	
Adriana Ventura - Novo	X	
Alberto Mourão - MDB	X	
Alexandre Leite - União	X	
Baleia Rossi - MDB	X	
Capitão Augusto - PL	X	
Carla Zambelli - PL	X	
Carlos Sampaio - PSDB	X	
Cezinha de Madureira - PSD	X	
Coronel Telhada - PP	X	
David Soares - União	X	
Delegado da Cunha - PP	X	
Delegado Palumbo - MDB	X	
Delegado Paulo Bilynskyj - PL	X	
Eduardo Bolsonaro - PL	X	
Ely Santos - Republicanos	X	
Fausto Pinato - PP	X	
Jefferson Campos - PL	X	
Kim Kataguiri - União	X	
Luiz Carlos Motta - PL	X	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL	X	
Marangoni - União	X	
Marcio Alvino - PL	X	
Marcos Pereira - Republicanos	X	
Maria Rosas - Republicanos	X	

SANTA CATARINA

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Carlos Chiodini - MDB	X	
Caroline de Toni - PL	X	
Cobalchini - MDB	X	
Daniela Reinehr - PL	X	
Daniel Freitas - PSD	X	
Darci de Matos - PSD	X	
Fabio Schiochet - União	X	
Geovania de Sá - PSDB	X	
Gilson Marques - Novo	X	
Ismael - PSD	X	
Jorge Goetten - PL	X	
Julia Zanatta - PL	X	
Pezenti - MDB	X	
Zé Trovão - PL	X	

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Mario Frias - PL	X	
Mauricio Neves - PP	X	
Miguel Lombardi - PL	X	
Paulinho da Força - Solidariedade	X	
Paulo Alexandre Barbosa - PSD	X	
Paulo Freire Costa -PL	X	
Pr. Marco Feliciano - PL	X	
Renata Abreu - Podemos	X	
Ricardo Salles - PL	X	
Ricardo Silva - PSD	X	
Rodrigo Gambale - Podemos	X	
Rosana Valle - PL	X	
Rosângela Moro - União	X	
Saulo Pedroso - PSD	X	
Simone Marquetto - MDB	X	
Vitor Lippi - PSDB	X	
Alfredinho - PT		X
Arlindo Chinaglia - PT		X
Arnaldo Jardim - Cidadania		X
Bruno Ganem - Podemos		X
Carlos Zarattini - PT		X
Fábio Teruel - MDB		X
Felipe Becari - União		X
Guilherme Boulos - PSOL		X
Ivan Valente - PSOL		X
Jilmar Tatto - PT		X
Jonas Donizette - PSB		X
Juliana Cardoso - PT		X

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Luiza Erundina - PSOL		X
Nilto Tatto - PT		X
Orlando Silva - PCdoB		X
Prof ^a a Luciene Cavalcante - PSOL		X
Rui Falcão - PT		X
Sâmia Bomfim - PSOL		X
Tabata Amaral - PSD		X
Tiririca - PL		X
Vicentinho - PT		X
Senador/Partido		
Astr. Marcos Pontes - PL	X	
Giordano - MDB	X	

TOCANTINS

Deputado/Partido	A favor da Lei	Contra a Lei
Alexandre Guimarães - Republicanos	X	
Antonio Andrade - Republicanos	X	
Carlos Henrique Gaguim - União	X	
Eli Borges - PL	X	
Filipe Martins - PL	X	
Lázaro Botelho - PP	X	
Vicentinho Júnior - PP	X	
Ricardo Ayres - Republicanos		X
Senador/Partido		
Eduardo Gomes - PL	X	
Irajá - PSD	X	
Prof. Dorinha Seabra- União	X	